



Movimento

ISSN: 0104-754X

stigger@adufrgs.ufrgs.br

Escola de Educação Física

Brasil

de Lacerda Abrahão, Bruno Otávio; Gonçalves Soares, Antonio Jorge
RAÇA E CIVILIDADE NOS JOGOS “PRETO X BRANCO”
Movimento, vol. 22, núm. 4, octubre-diciembre, 2016, pp. 1137-1148
Escola de Educação Física
Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115349439009>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

RAÇA E CIVILIDADE NOS JOGOS “PRETO X BRANCO”

RAZA Y CIVILIDAD EN LOS JUEGOS “BLANCO VS. NEGRO”

RACE AND CIVILITY IN “BLACK X WHITE” MATCHES

Bruno Otávio de Lacerda Abrahão*, Antonio Jorge Gonçalves Soares**

Palavras-chave
Futebol.
Autocontrole.
Relações raciais.

Resumo: São Paulo assistiu nas décadas de 20 e 30 do Século XX a realização do jogo “Preto X Branco”, partida de futebol cuja singularidade era opor autodeclarados pretos contra brancos. O objetivo deste artigo foi interpretar o significado do autocontrole da violência nesses jogos, a partir da percepção da imprensa da época. Utilizamos como fontes as matérias dos periódicos paulistas de 1927-1931. Concluímos que a ausência de manifestações de violência nesses jogos rituais era interpretada como prova do nível de desenvolvimento e da afirmação da convivência pacífica e civilizada entre as principais raças formadoras da nação brasileira.

Palabras clave
Fútbol.
Autocontrol.
Relaciones raciales.

Resumen: São Paulo asistió, en las décadas de los 20 y 30 del Siglo XX, a la realización del juego “Blanco Vs. Negro”, partidos de fútbol cuya singularidad era oponer a autodeclarados negros contra blancos. El propósito de este artículo es interpretar el significado del autocontrol de la violencia en estos juegos, a partir de la percepción de la prensa de la época. Las fuentes de esta investigación fueron artículos publicados por periódicos de São Paulo entre 1927 y 1931. Concluimos que la ausencia de manifestaciones de violencia en estos juegos rituales se interpretaba como prueba del nivel de desarrollo y convivencia pacífica y civilizada entre las principales razas que conforman la nación brasileña.

Keywords
Football.
Self-control.
Race relations.

Abstract: In the 1920s and 1930s, “Black X White” football matches were held in São Paulo. They were unique for opposing self-declared blacks and whites. This article interprets the meaning of self-control of violence at those matches based on the press of that time. Our sources were articles published by São Paulo newspapers from 1927 to 1931. We concluded that the absence of violence manifestations at those ritual matches was interpreted as proof of the level of development and affirmed civilized and peaceful coexistence between the main races that formed the Brazilian nation.

* Universidade Federal do Vale do São Francisco. Petrolina, PE.
E-mail: bolabra@gmail.com

** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: ajgsoares@gmail.com

Recebido em: 01-10-2015
Aprovado em: 25-07-2016

 Licence
Creative Commons

1 INTRODUÇÃO

Em 1927, a Liga de Amadores de Futebol (LAF) de São Paulo iniciou a realização de partidas de futebol disputadas por jogadores autodeclarados pretos contra outros autodeclarados brancos para celebrar o dia 13 de maio, data da abolição dos escravos no Brasil: era o jogo “Preto X Branco”. Abrahão e Soares (2012) analisaram os significados desses jogos a partir da leitura dos jornais daquele período sobre a trajetória dos jogos, o regulamento, os adjetivos que receberam e os convidados (entre os quais merecem destaque Washington Luís, o Presidente da República em exercício na época¹, militares e famosos esportistas da época), e concluíram que esses jogos faziam parte dos festejos ou ceremoniais nacionais da época.

Dunning (2014) lembra que os esportes são inherentemente competitivos e, portanto, despertam ímpetus de agressão que, em condições específicas podem espalhar-se em formas de violência explícita contrária às regras. No futebol, por exemplo, a violência física tomaria forma na “luta esportiva”, “batalha simulada” ou combate físico entre dois indivíduos ou grupos. Na sociedade atual, os esportes desse tipo “são enclaves para expressão aceitável na vida social, ritualizada e mais ou menos controlada da violência” (DUNNING, 2014, p. 237).

Em função dos ranços herdados dos 358² anos que preto foi escravo do branco, esses jogos, que em tese tinham a função de celebrar a data histórica da abolição dos escravos no Brasil, poderiam trazer amarguras ou remorsos herdados do tempo em que o preto era hierarquicamente inferior em relação ao branco. Caso fossem colocados em jogo em uma partida de futebol, este histórico de hierarquização e a assimetria da escravidão poderiam gerar rivalidades raciais e possibilidades de manifestações de violência física e/ou simbólica decorrente do embate corporal próprio do futebol, caracterizado como um jogo de combate (DUNNING, 2014).

Uma questão que chamou atenção a partir da leitura dos jornais do período é que as partidas transcorriam sem explicações de manifestações de violência, com exceção de um único caso, como veremos à frente, envolvendo um jogador da equipe dos brancos, que teria ofendido o árbitro da partida em uma derrota que se deu com uma grande quantidade de gols. Ao contrário, o que a imprensa da época fazia questão de destacar era o clima de cordialidade às vésperas e durante a maioria das partidas, como destaca a matéria abaixo:

É uma jornada que promete brilhantismo e será, por certo, a continuação dessa cordialidade entre pretos e brancos no futebol paulista. Muitas e valiosas glórias nos têm dado esses valentes rapazes, desde 1919, quando, quebrando velhos e carunchosos preconceitos de côr, o dr. Ramos Caiado, então presidente da A. A. Mackenzie, introduziu em sua turma um grupo de rapazes negros. Era a porta aberta para as grandes posições que hoje ocupam, para glória de nossa gente.³

As poucas manifestações de violência foram controladas e entendidas como do plano do jogo. O que “estava em jogo” naquelas partidas de confraternização que faziam delas eventos excitantes, mesmo que seus ganhos e perdas fossem simbólicos? Como interpretar, a partir de uma leitura de fontes inéditas, os significados que assumiram a contenção da violência nesses jogos que ritualizavam as diferenças entre pretos e brancos idealizados em um contexto em que os conceitos de raça e civilidade emergiam como símbolos distintivos dos

1 Seu mandato foi de 1926 a 1930.

2 Considerando que a escravidão iniciou em 1530 e finalizou em 1888.

3 Folha da Manhã, 9 maio 1930, p. 9.

desenvolvimentos das nações e a violência como um aspecto distintivo entre quem era ou não “civilizado”? Esse é o ineditismo deste artigo que teve como objetivo interpretar o significado do autocontrole da violência nesses jogos.

Revisitar a percepção da imprensa da época sobre a ausência de manifestações de violência de qualquer natureza se revela importante na medida em que o discurso nacionalista sobre a ausência de conflitos foi interpretado como prova do elevado potencial civilizatório da nação brasileira, que soubra harmonizar as diferenças étnicas. Afinal, durante a primeira metade do século XX – período em que “Preto X Branco” ocorria – o Brasil cultivou com muito sucesso uma imagem da primeira “democracia racial” do mundo, uma terra em que negros e brancos conviviam em harmonia e em condições de igualdade formal (ANDREWS, 1998).

Cabe dizer que os jogos com a especificidade e diferencial de opor pretos e brancos em uma partida de futebol eram realizados neste contexto em que o Brasil era tomado como um modelo a ser seguido no que diz respeito às relações étnico-raciais. Esse traço distintivo da nação brasileira estaria espelhado não apenas no futebol, mas também em outros produtos culturais. Nos anos 20 e 30 do Século XX, alguns escritores trataram a herança africana com entusiasmo, e passou a ser, a partir de então, apropriada e reconhecida como um elemento central da cultura brasileira. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, a mestiçagem foi propagandeada como característica nacional através da “desafricanização” de determinados conteúdos culturais. A capoeira é um exemplo dos produtos nacionais que foram simbolicamente clareados. Criminalizada pela república e reprimida pela polícia, a capoeira foi oficializada, nos anos 30, como modalidade esportiva nacional. O samba é outro exemplo que passou da repressão à exaltação, de “dança de preto” a “canção brasileira para exportação”. Definido como uma dança que fundia elementos diversos, o samba, nos anos 30, ganhou as ruas, enquanto as escolas de samba e desfiles passam a ser oficialmente subvencionados a partir de 1935 (SCHWARCZ, 2003).

Tomamos como fontes as matérias elaboradas sobre os jogos pela imprensa convencional da cidade de São Paulo. Os jornais utilizados foram aqueles disponibilizados em microfilmes pela Biblioteca Nacional: *Correio Paulistano*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã*, entre os anos de 1927 e 1931. Destaque-se que os jogos foram interrompidos entre 1932 e 1937, mas não detectamos os motivos. A fim de apreender a divulgação, a promoção e a repercussão do evento na imprensa, foram realizadas leituras dos jornais datados de 10 a 14 de maio de cada um desses anos, através dos microfilmes supracitados. Diante da constatação de que os jogos transcorreram até 1939, embora não tenham sido repercutidos nos jornais, adicionamos às fontes informações obtidas através do museu da Federação Paulista de Futebol.

2 JOGOS RACIAIS

O início do século XX foi o período de estruturação e consolidação dos estados nacionais, e uma das ideias preliminares era que a “relação racial tem relação direta e profunda com a questão nacional” (IANNI, 2004, p. 142). Ainda para o autor, a preocupação na formação do povo brasileiro fundamentava-se na presença do negro entre as “raças” que compunham a nação. Esse era um tema permanente e obsessivo do pensamento brasileiro: estava posto na Colônia, acentuou-se no Império e desenvolveu-se na República. Mais que outras raças

– entendidas em termos sociológicos –, o debate racial desafiava o pensamento e a prática daqueles que pretendiam compreender a nação.

D'Adesky (2005) chama atenção para o fato de que ao longo do século XX os avanços das pesquisas genéticas trouxeram a conclusão de que raça é uma categoria desprovida de valor científico. Todavia, a desconstrução científica da raça biológica não fez desaparecer a evidência da raça como marcador simbólico, isto é, o modo pelo qual as culturas passaram a ressignificar as semelhanças e as diferenças fenotípicas, morfológicas e sociais entre os humanos. Embora desacreditada do ponto de vista da ciência, raça se tornou um marcador cultural. Deste modo, se para a biologia a noção de raça coloca problemas insolúveis de definição que a tornam ultrapassada, sua importância, indubitavelmente, não pode ser negada.

Assim, raça continua sendo um importante elemento da realidade social na medida em que emprega, a partir de características visíveis, formas coletivas de diferenciação classificatória e hierarquização entre os humanos. Por essa perspectiva, raça deixou de ser uma realidade biológica para se tornar um artefato social, político e histórico. Isto é, se por um lado a “raça” perdeu grande parte de sua credibilidade e deixou de ser oficial quando perdeu o estatuto científico, por outro lado, no plano das relações culturais, econômicas e políticas, ela é facilmente identificada como um importante eixo norteador de diversos planos da vida cotidiana dos brasileiros (SCHWARCZ, 2001).

Os jogos “Preto X Branco” davam vida a esse conceito imaginado na medida em que os marcadores fenotípicos e culturais eram determinantes para que os jogadores se autodeclarassem pertencentes ao time de brancos ou de pretos. Embora esses jogos demarcassem a ideia de raça no dia da abolição da escravatura, devemos ter em mente que a questão de ser branco ou preto naquela sociedade dependia de um complexo jogo de autoidentificação e heteroidentificação.

Diferente da ordem escravocrata, esse jogo causava uma suspensão, ainda que temporária, na hierarquização velada na vida cotidiana ao equiparar pretos e brancos a partir do contrato esportivo que pressupõe as regras igualitárias para ambas as equipes (DAMATTA, 1982). Integrados e separados pelo caráter disjuntivo dos jogos, pretos e brancos participavam daqueles eventos, na condição de adversários, para dar significado à singularidade daquele jogo ritual que revelava os paradoxos da formação cultural do Brasil. Se, por um lado, o evento comunicava a integração das raças num país que havia pouco deixara de ser escravocrata, por outro, o jogo “Preto X Branco”, ao demarcar o conceito de raça naqueles encontros, colocava em dúvida a questão: quem possuiria a primazia técnica do futebol, pretos ou brancos?

Segundo Andrews (1998), os jogos caminhavam na direção contrária aos preceitos da Proclamação da República quando houve um desencorajamento das comemorações do dia 13 de maio. Apesar disso, a comemoração dessa data nunca desapareceu totalmente do calendário brasileiro, tendo sido preservada como um feriado cívico pelas organizações sociais dos negros e pelo calendário oficial. Nesse sentido, nos anos iniciais do século XX eram realizados eventos patrocinados pelos clubes sociais dos negros, que em geral eram associações que visavam desenvolver as atividades ditas “civilizadas” ou da “alta cultura” como música, poesia, bailes, eventos esportivos.

Em contato com os principais jornais daquele período descobrimos que o “Preto X Branco” foi uma iniciativa da LAF em associação com entidades ou associações dos negros. A

LAF surgiu em 1926, oriunda de uma dissidência do Paulistano⁴, que, visando uma renovação de seus hábitos e costumes, resolveu se desligar da APEA – Associação Paulista de Esportes Atléticos –, instituição que naquela ocasião deliberava sobre os rumos do futebol paulista. Ainda preso ao amadorismo e à elitização do esporte, o Paulistano propôs a criação da LAF com o objetivo de renovar os ares da política esportiva. Na visão do Paulistano ainda imperava, nos clubes filiados à APEA, a indisciplina, a “politicagem” e o falso amadorismo. Esse rompimento marca a “transição” do amadorismo para o profissionalismo e foi utilizado para que o Paulistano propusesse, em 1926, a fundação da LAF.

Naquele período o futebol paulista tinha a LAF e a APEA como as duas ligas paralelas que mediam forças para ditar os rumos para a modalidade na cidade. “Jogar bola” deixava de ser mero divertimento vivenciado no momento de *lazer* e começava a se inclinar para o campo do *trabalho*. A profissionalização do futebol no Brasil proporcionava ao jogador preto acesso à possibilidade de mobilidade econômica e/ou social naquele contexto pós-escravocrata e da implantação do trabalho livre no Brasil. Neste sentido, um dos debates que estavam postos naquele contexto era a participação dos pretos na transição do amadorismo para o profissionalismo do futebol.

De uma prática inicialmente idealizada para o lazer nas primeiras décadas do século XX, o futebol rapidamente criou um mercado semiprofissional para os jogadores que apresentassem um desempenho positivo nos campos de várzea ou nos bairros populares. Tal desempenho poderia ser convertido a favor das equipes de clubes de futebol formado pelas classes abastadas. Todavia, nos clubes que representavam as elites, o preconceito contra os não brancos e pobres dificultava o acesso das camadas populares a esse mercado incipiente que se formava.

Tomaz Mazzoni (1950, p. 120), por exemplo, chamou atenção para o fato de que, em 1918, esta discussão também apareceu nos jornais da época: “Afinal de contas, em que pé estamos? Jogadores de cor podem ou não jogar nos campos oficiais?”. Essas eram perguntas que faziam os cronistas esportivos da época. O futebol caminhava rumo à profissionalização e os populares encontravam nesse esporte um caminho para a expressão positiva de suas qualidades em tempos de mobilidade social restrita.

A apropriação do futebol pelos populares se reflete no imbróglio entre a LAF e a APEA, traduzindo a tensão da profissionalização da modalidade que as classes abastadas gostariam de manter como amadora. A APEA inclinava-se à profissionalização do futebol e a LAF não. No seu primeiro ano de existência e em conformidade com o interesse da maioria de seus membros, a LAF, ainda presa aos valores do amadorismo, resolveu idealizar o jogo “Preto X Branco” sem fins lucrativos de forma coerente com os valores amadorísticos e em consonância com o ideário daquele período sobre o controle da violência e os valores educativos do esporte.

Tais demandas aparecem em um texto escrito em 1929 por Gilberto Freyre. Assinando sob o pseudônimo de Jorge Rialto, Freyre chama a atenção no jornal *A Província* sobre qual deveria ser o comportamento modelar dos envolvidos nos certames daquele contexto.

Os telegrammas do Rio deram para trazer notícias repetidas de brigas e conflitos durante jogos de “foot-ball”. Um telegramma recente anunciaava conflictos que se teriam realizado, apesar da chuva não haver permitido o jogo, os exaltados nem sequer teriam esperado pelo resultado definitivo do “match”.

⁴ O Club Athletico Paulistano é um clube poliesportivo sediado em São Paulo, capital, que foi fundado em 29 de dezembro de 1900 pela aristocracia paulistana, o que faz dele, até hoje, um dos clubes mais exclusivos do país.

Por ali se vê que ainda não se desenvolveu entre nós o verdadeiro espírito sportivo, que ainda não praticamos o que os ingleses chamam “fair-play”.

De um jogo, para muita gente entre nós, só se deve esperar e querer a vitória. De um adversário, em “sport”, só se deve querer a derrota. Não se admite elegantemente que elle triunphe. Contra semelhante tendência, devem reagir os responsáveis pela educação sportiva da mocidade brasileira.

É simplesmente ridículo que continuemos toda a vida um povo incapaz de praticar o “sport” como elle é praticado noutros paízes: dentro do espírito de “fair-play”.

É verdadeiramente lamentável que o noticiário, e ultimamente até a reportagem photographica dos nossos jogos, nas revistas illustradas, seja um registro nada interessante nem suggestivo de lutas e conflictos, no campo, entre jogadores, exaltados, guardas-civis, etc.

O rumo deve ser evidentemente outro. Ninguém está a desejar assistências que assistam a jogos empolgantes e movimentados com a calma e a discrição com que assistem os bons fiéis aos ofícios religiosos. Há uma espécie de esforço de cooperação, muito legítimo e muito justo, no entusiasmo vibrante com que os assistentes se identificam com a causa, com os movimentos, com os avanços dos jogadores de sua preferência.

Mas o que é fora de toda a bôa educação, das bôas maneiras, do bom espírito é a idéia de ir cada um para um campo de “football” incapaz de reconhecer as qualidades do adversário, e querendo decidir a braço o que estava combinado que fosse decidido [...] a pé, mas dentro de certas regras e certas leis (RIALTO [FREYRE], 1929, p. 3).

A crítica de Freyre se dirigia ao fato de que a exaltação das ações conflituosas e violentas dos torcedores de futebol expressava, naquele contexto, o distanciamento da sociedade brasileira em relação ao ideário do *fair play*. Em contrapartida, o jogo “Preto X Branco”, por seu caráter de ritual festivo e comemorativo, não apresentava em suas edições distúrbios ou atos violentos que pudessem assumir o tipo de crítica apontada por Freyre a partir de um jogo comum e ordinário.

O material empírico dos jornais indica que aquele era um jogo ritual que positivava a mestiçagem na medida em que as emoções eram controladas através da experiência de uma partida de futebol que opunha, pacificamente, pretos contra brancos no dia de celebração da abolição da escravidão. Em um período específico da história da nação brasileira, a idealização dessas partidas e o controle das emoções no decorrer delas ilustrariam o modo civilizado como a sociedade paulista – e brasileira – tratava as desigualdades históricas entre pretos e brancos.

3 OS SIGNIFICADOS DOS JOGOS: CIVILIDADE, AUTOCONTROLE DA VIOLENCIA E RITUAL FESTIVO

O termo “civilizado” expressava a autoconsciência das pessoas do ocidente, especialmente dos seus grupos dominantes. Trata-se, segundo Dunning (2014, p. 82), “de um conceito que está intrinsecamente vinculado às diferenças de poder e a sentimentos e percepções intergrupais”. “Civilizado”, para Elias, procura descrever o que constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha determinada sociedade: “o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo e muito mais” (ELIAS, 2000, p. 5, itálico do autor). A vivência pacificada e a contenção da

violência na passagem dos passatempos populares da Europa da Idade Média para o esporte moderno eram um dos aspectos observados a fim de estabelecer uma distinção entre o que era ou não considerado civilizado, como chama atenção Dunning,

O século XIX marcou o surgimento de formas mais reguladas de competição atlética, esportes de montanha e esportes aquáticos – como, por exemplo, natação e remo –, mas o que, acima de tudo, teve lugar ao longo do século XIX, foi o desenvolvimento de jogos de bola mais civilizados, tais como o futebol, rubi, hóquei e tênis. O crescente predomínio de jogos com bola e formas não violentas de competição atlética, em detrimento dos esportes de campo, nos quais a presa era sacrificada, representa indiscutivelmente já em si um desenvolvimento “civilizador” de certa importância. (DUNNING, 2014, p. 173).

Devemos também ter em mente os significados que o esporte assumiu na difusão da modernidade europeia a partir do século XIX para o mundo (MANDELL, 1986; ELIAS, 1992). O esporte, segundo Elias (1992), foi produto de um processo de pacificação política que reverberou nas atividades de passatempo da sociedade inglesa. O esporte, nesse sentido, torna-se mimese da luta entre grupos rivais que deveriam resolver suas diferenças de forma pacífica a partir de um conjunto de regras que civilizariam os comportamentos e controlariam os impulsos violentos. Esse processo de submissão voluntária a um corpo de regras no campo esportivo foi nomeado de *fair play*.

A excitação das disputas e os comportamentos violentos passaram a ser constrangidos por um aparato legal que limitava a violência física através do autocontrole da agressividade dos humanos envolvidos em práticas corporais. O produto do esporte como elemento cultural se tornou mais uma forma de representar os valores pedagógicos e civilizatórios do ocidente. O futebol tornara-se assim um dos símbolos de modernidade das nações civilizadas. Um povo que se quer moderno e civilizado deveria conseguir controlar seus impulsos intempestivos ou rompantes de violência em partidas de futebol.

Sendo violência um conceito central para a definição do que é “civilizado” ou não, faz-se necessário defini-la e estabelecer os seus limites a fim de considerar determinado comportamento dentro dos limites considerados socialmente aceitáveis. Para compreendê-la, Dunning (2014) aponta os seguintes critérios: (I) o meio empregado; (II) os motivos e os valores dos atores; (III) os estados psicológicos dos atores, especialmente seus níveis de excitação emocional psicofísica e os graus de intencionalidade, racionalidade e controle envolvidos em suas ações; e) (IV) os parâmetros sociais em que a violência ocorre. Esses parâmetros incluem: as normas, as disposições de valor e as ideologias características dos grupos específicos e que operam em determinados ambientes sociais; o tamanho, as qualidades e os graus de interação e de organização dos campos sociais onde ocorre a violência, e finalmente, o grau em que é estabelecido um monopólio eficaz da força física em nível societal.

Dunning (2014) chama atenção para o fato de que os termos “violência” e “civilização” muitas vezes são vistos como antíteses. Segundo ele, os estados nacionais modernos

Foram formados com propósitos de guerra, mas seus monopólios da violência e tributação ajudaram os governos não só a ataques e defesas externos, mas também no que diz respeito à pacificação interna. À medida que se tornavam internamente pacificados, a estrutura da personalidade e do *habitus* da maioria das pessoas tornava-se mais pacífica e isso se refletia em muitos outros aspectos, naquilo que por volta do século XIX começaram a chamar de esportes (DUNNING, 2014, p. 71).

Pensando com Elias e Dunning a configuração daquela partida de futebol: quais significados civilizatórios para o Brasil assumiram a contenção da violência através do autocontrole dos envolvidos naquela partida de futebol que opunha pretos e brancos num período de coesão de símbolos em torno da construção imaginária da brasiliade? Esses jogos foram desenvolvidos num contexto de agenciamento governamental para construção e consolidação da identidade nacional que considerava três eixos estruturantes: riqueza e exuberância da natureza, o imenso e unificado território e a diversidade de seu povo e cultura (OLIVEIRA, 1998).

O primeiro jogo “Preto X Branco” ocorreu em 1927. Podemos observar numa matéria que antecedia o certame todo o caráter festivo e benficente do jogo em sua primeira edição. Assim noticiou o evento o *Correio Paulistano*:

A LAF comemorara a data de 13 de maio

Continua despertando viva anciedade nesta capital a notícia de que, no próximo dia 13 do corrente, a LAF, em comemoração á gloria data de 13 de maio, fará realizar um festival sportivo, cuja partida principal será entre um selecionado de jogadores brancos e outro de pretos para disputa de uma taça que ficará de posse do vencedor em 3 annos consecutivos. O festival, que será annual, visa, pois, não só a disputa da taça como a perpetua commemoração da data de emancipação dos escravos e, também, beneficiar a Associação dos Homens de Côn, pois uma parte da renda do festival será em benefício dessa sociedade.⁵

Essa associação, ardorosa defensora dos valores amadores de um esporte que caminhava rumo à profissionalização, fazia desse evento uma festividade que se associava às demais festas comemorativas da abolição da escravidão e indicava o modo como se pensava o esporte e as relações raciais no Brasil. O evento sugeria que o amadorismo dessa Liga não deveria confundir-se com a exclusão das pessoas de cor do esporte.

Aquele jogo ritual criava a ideia de que a supremacia de um time sobre outro seria traduzida em termos simbólicos pela conquista de uma taça. Em 1927, o time preto derrotou o branco por 3 a 2 e, em 1928, se repetiu a supremacia do time preto com o escore de 4 a 2. As matérias jornalísticas que cobriram as duas primeiras edições dos jogos dão conta de que as partidas, embora bastante disputadas, transcorriam sem fatos de agressões ou manifestações de violência. Mesmo acirradas, as disputas físicas ficavam circunscritas aos limites estabelecidos pelas regras do jogo. Além disso, pôde-se entrever, a partir das matérias, que o clima às vésperas, durante e após as partidas era de cordialidade e confraternização, passando a caracterizar os jogos como um espaço ritual de igualação daqueles homens que traziam na cor da pele as inscrições culturais de hierarquia e diferença de *status* para aquela sociedade.

Os pretos venceram as duas edições anteriores (1927 e 1928) e caso repetissem o feito em 1929 ficariam de posse definitiva da taça, dando por encerrada a disputa da Taça Princesa Isabel, uma vez que o regulamento previa a posse definitiva para a equipe que conquistasse três vitórias consecutivas ou quatro alternadas. Em função disso e da rivalidade constituída nos anos anteriores, a partida do ano de 1929 foi noticiada como “movimentadíssima”, sem instantes de “monotonia”, seja no primeiro ou segundo tempo. Além disso, foi a primeira edição dos jogos noticiada como violenta (a ponto de gerar uma impressão no público que algum dos 22 jogadores sairia de campo contundido), fato provocado pela vontade de vencer das duas equipes, como revela a *Folha da Manhã*:

⁵ Correio Paulistano, 10 maio 1927, p. 6.

Diante da rivalidade existente entre elles e da técnica demonstrada nos annos anteriores, era muito natural esse interesse hontem notado. Não foi, aliás, baldada a esperança dos que alli se dirigiram no intuito de presenciar um bom jogo. Effectivamente a partida realizada entre o selecionado preto e o selecionado branco, foi movimentadíssima, com rápidos instantes apenas de monotonia, quer durante o primeiro tempo, quer durante a fase final.

Houve, é verdade, um jogo violento. O público teve a impressão que nenhum dos vinte e dois elementos de hontem que se encontraram no campo da Floresta deixou de sahir com uma pequena contusão que fosse. **A verdade, porém, manda que se affirme que uma parte desse jogo violento** foi provocado antes pela vontade de vencer que se via reflectida em cada quadro.⁶ (o grifo nosso)

O jornal reforça características das partidas recorrentes nos anos anteriores como a constituição da formação de uma rivalidade entre as equipes e a qualidade técnica delas. Como nos anos anteriores, aquela partida teria sido “movimentadíssima” e com um diferencial: teria sido um jogo violento. O jornal atribuiu à violência da partida ao fato de que a taça ficaria de posse definitiva da equipe dos pretos. O placar de 2 a 2 forçou a realização de uma quarta partida que seria disputada no ano seguinte.

Na edição de 1930, Munhoz, jogador do time dos brancos, tentou agredir o juiz da partida, talvez em função da mais esmagadora das derrotas que a equipe dos brancos havia sofrido: 5 a 0.

O jogo é interrompido por ter Munhoz ameaçado o árbitro de aggressão. Os pretos continuam no ataque até o final da partida e, no último minuto Martins dá um bom centro e Petro converte no último tento para o seu quadro. O senhor Ângelo Romano foi um juiz discreto (Correio Paulistano, 14 maio 1930, p. 8).

O árbitro, que segundo o jornal teve uma atuação discreta, expulsou Munhoz. O fato de a expulsão não ter sido contestada, segundo os jornais, sugere que o juiz agiu acertadamente naquele jogo festivo que deveria ser guiado pelo clima de confraternização. Talvez tenha sido esse fato que inspirou o título descritivo do *Estado de S. Paulo*: “O festival de hontem na Floresta: os ‘pretos’ bateram os ‘brancos’ por 5 a 0”.⁷

Coincidemente ou não, na mesma página desse jornal encontramos uma matéria que indicava qual deveria ser o comportamento ideal de um esportista.

E’s esportista?

Como jogador: I jogas por jogar? II jogas para tua turma e não para ti? III Acata ordens do teu capitão sem protestos nem censuras? IV Acceitas, de modo absoluto, as decisões do juiz? Sabes ganhar sem orgulho e perder sem revolta? VI Preferes perder a fazer qualquer coisa nobreza duvidar? ...Estás então a caminho de ser um esportista.

Como espectador:

I Recusas-te a applaudir a actuação leal de teus adversários? II Insultas o juiz quando decide de forma que te desagrada? III Desejas que ganhe os teus, embora não o mereçam? IV Discute com os espectadores, visando desmerecer o outro partido? ...Então não és esportista.⁸

⁶ Folha da Manhã, 14 maio 1929, p. 9.

⁷ O Estado de S. Paulo, 14 maio 1930, p. 9.

⁸ O Estado de S. Paulo, 14 maio 1930, p. 9.

Como interpretar a publicação desse código de conduta no contexto de educação dos modos de comportamento nos eventos esportivos? A imprensa, desde o surgimento dos esportes no Brasil, assumiu o papel de educar o *habitus* de esportistas e espectadores do esporte. Essa matéria provavelmente relacionava-se ao comportamento inadequado de Munhoz naquela partida comemorativa e ao modelar as ações dos espectadores daquele jogo e em outras partidas de futebol. O silêncio do jornal sobre os detalhes da vitória de 5 a 0, acompanhado de uma matéria com um tom moralizante, sugere que algo distinto do objetivo daquele jogo ritual e comemorativo pode ter ocorrido na edição daquele ano.

O jogo “Preto X Branco” ritualizava a integração pacífica das raças e reunia os elementos necessários para a afirmação de que o Brasil era uma nação que se orgulhava de não ter preconceito de cor. O que teria ocorrido para além do destempero do jogador Munhoz em campo? Não temos essa resposta, mas a matéria acima indica um comportamento intempestivo que desagradou os editores daquele jornal. Destaque-se, excetuando esse jogo, que os jornais destacam o clima amistoso e elogiavam a participação cordial dos jogadores e espectadores nesses jogos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses jogos tinham por intenção reforçar o discurso identitário de uma nação que saía da escravidão e soubera formar um povo miscigenado nas suas cores, hábitos e costumes. Os jogos cumpriam uma função ritual na época. Embora explicitassem a raça e a cor da pele como critérios para formação das equipes, tinha a função de relembrar o fim da escravidão e a integração da nação. Retratados pelos jornais com a finalidade comemorativa de celebrar a abolição dos escravos e a ausência de preconceito de cor na sociedade brasileira, o caráter ritual desses jogos certamente se comprovava pelo comportamento solidário e civilizado dos jogadores e espectadores mesmo diante da excitação desencadeada pelos jogos competitivos.

Na primeira fase de sua edição (1927-1931), os jogos assumiam um caráter de agregar a elite política e esportiva em torno de um evento esportivo destinado às comemorações do dia 13 de maio. A ausência de maiores conflitos nos jogos esmaecia o caráter disjuntivo da competição para dar ênfase à festa e ao ritual de civilidade de uma sociedade que se orgulhava da ausência de preconceito de cor entre os brasileiros representada pela ideologia de integração racial agenciada naquele período. Naquele contexto, a realização daqueles jogos atendia à demanda da nação brasileira por uma identidade que não aproximasse das nações civilizadas e se distinguisse das demais, sobretudo aquelas egressas da escravidão, ao lidar com a diversidade racial do seu povo.

Neste sentido, uma vez que o elevado padrão de civilidade de determinada sociedade poderia ser lido pela sublimação dos seus impulsos violentos, como lembrou Elias (1992), os jogos “Preto X Branco” expressavam o ideário do potencial civilizatório da Nova República e como ela lidava com os problemas de uma sociedade pós-escravocrata. A promoção desse jogo idealizado para celebrar o fim da escravidão emitia a mensagem simbólica de uma convivência pacífica, embora disputada, entre os dois principais matizes étnicos da cultura brasileira. A cordialidade com que pretos e brancos conviviam às vésperas e na própria partida, mesmo durante a excitação do embate, era vista e exaltada pelos jornais como prova de civilidade da nação brasileira.

Se historicamente pretos e brancos estavam em oposição pela condição de senhores e escravos, a ideologia integracionista em voga nos anos 1930 chamava atenção para um discurso conciliatório do presente com o passado escravocrata. Podemos observar ao longo das matérias que os jornais fizeram questão de frisar que as disputas, embora acirradas, ficavam restritas às ações técnicas do plano do jogo e dentro dos limites da civilidade. Ainda que em tese não faltassem motivos para que esse jogo tomasse o caminho da violência física em função dos possíveis remorsos e amarguras da escravidão, o fato é que as partidas transcorriam em conformidade com os limites socialmente aceitos pelas competições esportivas.

A experiência daqueles jogos, naquela sociedade que ainda se ressentia dos valores herdados de uma ordem escravocrata, refletia as tensões de uma cultura que passava a ser constrangida por uma ordem liberal e republicana e dava visibilidade a um grupo antes invisível e excluído das cenas principais daquele contexto. Esse jogo auxiliava a dar visibilidade positiva ao desempenho tanto técnico quanto moral dos homens de cor no espaço social do futebol. Concluímos que a ausência de manifestações violentas naqueles jogos rituais pretendia afirmar o potencial civilizatório da nação brasileira através do convívio pacífico entre as “raças”. Neste sentido, a supremacia do time dos pretos nos jogos serviu como um meio de reforço dos seus capitais para o futebol e para contestar muitas das marcas preconceituosamente imputadas às “pessoas de cor” na época, como a violência.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. O futebol na construção da identidade nacional: uma análise sobre os jogos “Pretos x Brancos”. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 6, n. 1, p. 47–61, jan./mar. 2012.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)**. Bauru: Edusc, 1998.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismo e anti-racismo no Brasil. Pallas: Rio de Janeiro, 2005.

DAMATTA, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro. In: DAMATTA, Roberto (Org.) **Universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982. p.13-41.

DUNNING, Eric. **Sociologia do esporte e os processos civilizatórios**. São Paulo: Annablume, 2014.

ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FRANZINI, Fábio. **Corações na ponta da chuteira**: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREYRE, Gilberto. Fair Play. **A Província**, n. 292, p. 3, 1929.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

MANDELL, Richard. **Historia cultural del deporte**. Barcelona: Bellaterra, 1986.

MAZZONI, Thomaz. **História do futebol brasileiro**. São Paulo: Olimpicus, 1950.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Representações geográficas da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra. (Org.). **Discurso histórico e narrativa literária**. Campinas: UNICAMP, 1998. v. 1, p. 51-66.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAES, F. A.; SCHAWRCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 173-245.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001.